

DEPOIMENTO

Paulo Renato Mesquita Pellegrino

Uma máquina trituradora de projetos: a experiência de reurbanização de uma praça pública¹



Paulo Renato Mesquita Pellegrino é arquiteto paisagista, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

É professor junto ao Departamento de Projeto da FAUUSP, no qual desenvolve estúdios de projeto e planejamento da paisagem para os cursos de graduação e pós-graduação. e-mail: prmpelle@gmail.com

Em 2006, representantes da Associação de moradores do Bairro que engloba a Praça Dolores Ibarruri procuraram a arquiteta paisagista Elza Niero, pedindo um projeto para a reforma da praça. Fui chamado pela colega a participar deste projeto, pois vinha ao encontro de nosso desejo de aplicar novos modelos de drenagem que estávamos desenvolvendo, em uma área com grande visibilidade na cidade de São Paulo. Queríamos a chance de aplicar esse modelo não convencional de tratamento das águas das chuvas em um projeto que evidenciasse que o paisagismo pode ir além do mero plantio convencional de flores e de gramados: ele pode ser parte importante na estratégia de combate às enchentes.

1 Com a colaboração de Ramon Stock Bonzi

Fruto desta articulação de moradores do entorno da praça com um vereador, em meados de 2007, foi acertado que fizéssemos um projeto básico, com um custo estimado, a ser apresentado para a subprefeitura de Pinheiros. O combinado foi que o nosso cliente era a população e, uma vez que o nosso projeto fosse aprovado por ela, a subprefeitura procederia para a execução da obra. No começo de 2008 um conjunto que constituía-se de pranchas com o partido geral da obra, com um delineamento da drenagem e demais elementos construídos, indicação geral de plantio de vegetação ainda não detalhada, e um custo estimado - o que nós entendíamos como um anteprojecto - foi entregue aos moradores e ao setor encarregado da subprefeitura. Como é de praxe, tratava-se de um dimensionamento básico que seria pormenorizadamente detalhado no projeto executivo. No entanto, a subprefeitura enviou o nosso anteprojecto para licitação!

Nesse momento, descobri a real dimensão da falta de cultura dos órgãos públicos em relação ao que vem a ser um projeto de paisagismo. A ausência de um padrão mínimo de qualidade de projetos de paisagem é tamanha que aquilo que nós apresentamos como um anteprojecto foi considerado muito além do que é normalmente apresentado para um projeto de praça na cidade.

Na época eu tive a oportunidade de ver, na seção responsável pela adoção de praças, uma série de 'projetos' feitos em folhas A4, que mais pareciam meros rascunhos à mão. Eram projetos muito primitivos, demonstrando que não tinham domínio de escala, por exemplo. Na época eu também fiquei muito intrigado com o fato de que os técnicos responsáveis por receber e avaliar os projetos também não pareciam muito interessados em vê-los mais desenvolvidos.

Enfim, após a entrega do projeto básico à subprefeitura nós continuamos, conforme combinado, desenvolvendo o projeto executivo, envolvendo engenheiros hidráulicos da Poli no detalhamento das tipologias paisagísticas de drenagem. Um dia, no começo de 2009, fomos pegos de surpresa por um telefonema de um vizinho da praça nos contando que a construtora já estava com as máquinas no local. Às pressas, fizemos as plotagens do projeto executivo por nossa própria conta e marcamos um encontro com o encarregado das obras. Nesse momento, percebemos que eles não estavam muito interessados em nos receber, mas como tínhamos um compromisso com os moradores precisávamos ver o que estava sendo feito.

Nós fomos lá... A colega Elza Niero apresentou para o encarregado de obras o conjunto de plantas que integrava o projeto executivo. O encarregado da construtora estranhou e disse 'o que é isso?'. Percebemos que eles sequer estavam trabalhando encima do nosso anteprojeto. A intenção, na realidade, era fazer um trabalho in loco. Como quem ganhou a licitação era uma empresa da área de construção de vias, especializada em terraplanagem, a ideia era, em um ou dois dias, passar uma máquina para limpar o terreno, como se fosse um simples trabalho de corte e aterro, plantar grama e algumas árvores aleatoriamente, fazer o remendo de piso. Como se faz, em geral, nas praças de São Paulo.

Só que os moradores conheciam o nosso projeto e começaram a exigir que a subprefeitura cobrasse da construtora que ela executasse o projeto completo. Isso se tornou rapidamente uma batalha insana. Nós não éramos aceitos pelos executores da empreiteira. Quando íamos ver como estavam as obras eles claramente ficavam contrariados, porque, supostamente, nós estaríamos fiscalizando.

Em determinado ponto vivemos a situação surreal de, ao mesmo tempo, ter o nosso projeto premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e sermos considerados personas non gratas na praça! Chegamos a ouvir de um engenheiro da subprefeitura que o projeto não era nosso. Era da construtora e eles podiam fazer o que bem entendessem.

Foi necessário travar uma batalha muito grande para preservar um mínimo do nosso projeto original. Estamos falando de condições básicas, sem as quais o nosso projeto não funcionaria. Recordo-me de um episódio que foi emblemático.

O nosso projeto previa bacias de retenção para águas proveniente das biovaletas. Essas áreas liberariam lentamente a água da chuva para o córrego através de gárgulas que desempenhariam o papel de vertedores de água. Essas lagoas pluviais seriam atravessadas por decks, com vegetação típica de várzea. A ideia era criar um wetland artificial que além de conectar as biovaletas também filtraria a poluição difusa antes de entregar a água da chuva para o Córrego das Corujas.

Para que isso fosse executado seria necessário retirar alguns ligustros que estavam em péssimas condições fitossanitárias. Aliás, plantas que estavam lá porque um ex-morador, que fazia jardins e usava a área como 'depósito', abandonou-as quando se mudou da região. E as mudas enraizaram... Só que esse detalhe que nos escapou

foi usado como uma desculpa para a não execução das lagoas pluviais. Apesar disso executamos o projeto de manejo da vegetação existente e o encaminhamos para o DEPAVE para que fosse autorizada a remoção das plantas. Isso nos foi cobrado após o início das obras, como uma carta na manga para obstaculizar a execução desses elementos do projeto.

Resultado: o processo ficou seis meses para ser analisado, o que paralisou a reforma da praça. Como boa parte do terreno já tinha sido “limpa” da vegetação rasteira, os taludes da praça começaram a erodir na temporada de chuva.

A população ficou desesperada com a bagunça e o aparente abandono de sua praça. E, para completar o quadro, o parecer finalmente saído do DEPAVE determinava que para remover as já condenadas 26 árvores a subprefeitura teria que fazer uma compensação com o plantio aproximado de 1450 árvores, com DAP e especificações de espécies que levava o valor de sua aquisição a se aproximar do próprio orçamento total existente para a praça, além de que para isso ser executado, exigiria uma área três vezes maior do que a superfície da ‘Praça das Corujas’, o que obviamente serviu como a pá-de-cal para a complementação do projeto com a criação do wetland artificial e dos elementos de liberação das águas.

Toda essa pressão, burocracia e jogo político geraram uma situação que ninguém aguentava mais. Determinou-se que a praça deveria ser concluída em apenas um mês!

Eu calculo que nem 50% do nosso projeto foi executado, nem mesmo o projeto de plantio que foi detalhado, sendo executado um plantio fora do nosso controle. O meu consolo é que, mesmo com todos esses problemas, a praça ficou como uma indicação do que poderia ter sido feito, fora do padrão convencional. E que também conseguimos obrigá-los a fazer mais do que eles estavam dispostos inicialmente a fazer. Para mim ficou muito claro que nós fomos usados. A subprefeitura parece ter aceitado a reforma da praça não por causa da obra em si, mas pela oportunidade de ter a verba da obra direcionada para a sua administração.

Infelizmente eu percebo que essa é a regra em nossa cidade. Afinal, o que são todos esses parques, praças e canteiros que vemos em São Paulo? Basicamente passa-se a máquina, joga-se terra sem nenhum tratamento por cima, encobrindo o entulho, planta-se grama e distribuem-se mudas de árvores aleatoriamente. Evidentemente

não podem faltar elementos em concreto. É o mesmo padrão para todos os lugares. O interessante é que os orçamentos são caros. Os custos são dimensionados para que se atinja uma qualidade de primeiro mundo, mas a execução é de quinta categoria. Existe um descompasso. E não é por ignorância ou só descuido.

Esta experiência nos faz suspeitar que a baixa qualidade de implantação dos projetos de espaços públicos que nós temos na cidade não se dá pela ausência de bons projetos, mas sim à existência de um grande leviatã - o sistema dominante da administração pública, de execução de obras, de subestimação da expectativa da população - que se nutre à custa da trituração de projetos, do desperdício dos recursos técnicos e financeiros.

A experiência com a reforma da Praça Dolores Ibarruri me deixou muito claro de que é de interesse desse sistema de que o projeto de paisagem continue sendo uma coisa que ninguém sabe exatamente o que é, quem é o responsável e autor, quais são os padrões de qualidade e desempenho mínimos. Ao se ter o projeto de paisagem, sua execução e suas expectativas nesta zona cinza, ele se torna um elemento de obras públicas que não pode ser controlado e devidamente contabilizado.